

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em dia de atos pela democracia no país, governo faz ofensiva na área econômica 3

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro edita decreto que regulamenta crédito consignado no Auxílio Brasil 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Campanha do PT faz reuniões com aplicativos e entregadores para discutir nova regulação
..... 7

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Como ampliar programa social para os informais 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Fora de hora e lugar (Editorial) 10

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Não tem cabimento um órgão público manter folha de pagamento secreta (Editorial) 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Policiais federais cobram Bolsonaro após vetos na LDO 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI critica Moraes e defende corte de IPI 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil busca reduzir dependência de importação de insumos farmacêuticos 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes discute investimentos e ambiente de negócios com alemães 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Procurador-geral aprovou buscas na mansão de Trump 18

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Queda da inflação dá fôlego a Biden para eleições legislativas 19

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os democratas salvaram a civilização? 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Meta para dívida, em vez de limite de gasto, é equívoco" 23

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

São Paulo promete liberar créditos de ICMS sem fiscalização prévia.....	25
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Ato pela democracia une sociedade com falas contra golpismo de Bolsonaro.....	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Gestado por mais de um ano, movimento tem futuro incerto.....	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Juro alto nos EUA tira 0,5% do PIB na AL, diz ex-presidente do BC.....	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Sugestão para a nova regra fiscal - NELSON BARBOSA.....	32
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
A deflação não chega aos mais pobres (Editorial).....	33
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
"Pedaço de papel qualquer", diz Bolsonaro.....	34
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mendonça manda para plenário do STF ações contra PEC Kamikaze.....	36

Em dia de atos pela democracia no país, governo faz ofensiva na área econômica



O ministro da Economia, Paulo Guedes. Adriano Machado - 21 jun. 22/Reuters

Idiana Tomazelli e Matheus Teixeira *brasil*

No mesmo dia da mais ampla manifestação pró-democracia sob a gestão de Jair Bolsonaro (PL), o governo lançou uma ofensiva para alardear medidas econômicas com apelo popular e tentar se contrapor aos atos, ocorridos em todos os 26 estados e no Distrito Federal.

Em manifestações nas redes sociais, o presidente e o ministro-Chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, buscaram destacar a queda da **inflação** no mês de julho e a segunda redução seguida nos preços do diesel - notícias diretamente relacionadas a temas sensíveis para a campanha de Bolsonaro à reeleição.

O anúncio do corte de R\$ 0,22 no preço médio do diesel nas refinarias foi feito pela Petrobras no fim da manhã de quinta-feira (n), quando a sede da Faculdade de Direito da USP, no largo São Francisco, centro de São Paulo, ainda era ocupada por milhares de pessoas que se manifestaram em defesa da democracia

Depois de dias minimizando as convocações, Bolsonaro passou a maior parte desta quinta ignorando os eventos e tratou o anúncio da Petrobras como "um ato muito importante em prol do Brasil e de grande relevância para o povo brasileiro".

O presidente não fez qualquer menção às cartas lidas durante a manifestação na USP durante quase todo o dia -tratando do tema só à noite, em sua live semanal e em rede social.

Uma das cartas, capitaneada pela própria universidade, foi assinada por mais de 980 mil pessoas e prega a manutenção do Estado democrático de Direito e o respeito às eleições. O documento não cita Bolsonaro, que tem feito ameaças golpistas e questionado as urnas eletrônicas.

O ministro Ciro Nogueira, por sua vez, foi mais incisivo e disse que o governo escrevia naquele momento uma outra carta. "Carta ao povo brasileiro: estamos escrevendo a carta que muda o Brasil para melhor. Combustível mais barato, redução do preço do diesel!", disse.

Em seguida, o chefe da Casa Civil citou também a queda de 0,68% nos preços registrada em julho, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na quarta-feira (9).

"Deflação, aumento do emprego! Economia forte, democracia forte! Parabéns, democrata Jair Bolsonaro!" escreveu o ministro.

Chefe da equipe econômica, o ministro Paulo Guedes também buscou destacar os feitos econômicos do governo em reunião com economistas de gestoras e bancos, como Itaú, BTG, JP Morgan, XP Investimentos e Bradesco, entre outros. O encontro ocorreu em São Paulo nesta quinta-feira e durou pouco mais de quatro horas.

Interlocutores de Guedes afirmam que a reunião já vinha sendo combinada há tempos e não tem relação com os atos que ocorreram no mesmo dia. Inicialmente, a previsão era que o ministro fosse acompanhado de um time de secretários de diferentes áreas, como Tesouro e **Receita Federal**, mas às vésperas da viagem Guedes disse que iria sozinho ao compromisso.

Após a reunião, o ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida, hoje economista-chefe do BTG Pactual, disse à Folha que o encontro foi uma troca de ideias sobre a economia do país após a pandemia de Covid-19, com destaque para o mercado de capitais. Foram

discutidos também os impactos de reformas recentes, como a da Previdência, e seu papel no enfrentamento à crise.

Reservadamente, pessoas presentes ao encontro relataram que Guedes disse concordar com algumas preocupações dos economistas em relação às contas do país, mas não entrou em detalhes sobre como será a trajetória daqui para frente.

Segundo esses relatos, o ministro contou na reunião que não subscreveu a promessa de manter o pagamento de R\$ 600 para famílias do Auxílio Brasil a partir de 2023, decisão já tomada por Bolsonaro diante de sinalização semelhante feita por Lula. Essa é hoje uma das principais fontes de pressão sobre as contas no ano que vem, devido ao custo adicional de R\$ 52 bilhões.

O aso de notícias consideradas positivas na economia para se contrapor às manifestações vem depois de uma série de investidas do governo para tentar debelar a alta de preços, um dos fatores de maior preocupação para a campanha de Bolsonaro.

O presidente está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Bolsonaro já trocou o comando da Petrobras duas vezes neste ano, numa tentativa de ter maior influência nas decisões da companhia sobre os reajustes.

Sob a nova gestão de Caio Paes de Andrade, a estatal já anunciou cortes nos preços da gasolina e do diesel, com a justificativa de que os preços de referência no mercado internacional se estabilizaram em patamar que permitiu a redução.

No caso do diesel, a queda só no mês de agosto já está em R\$ 0,42. Na gasolina, a Petrobras anunciou cortes que somam R\$ 0,35 no preço do litro nas refinarias.

O presidente também apoiou a aprovação, no Congresso, de uma lei que baixou na marra os **tributos** estaduais sobre combustíveis e energia elétrica. A medida contribuiu para a redução da **inflação** em julho, mas vem sendo contestada pelos governadores e se tornou o centro de uma batalha jurídica no STF (Supremo Tribunal Federal).

Em outra frente, Bolsonaro conseguiu emplacar uma mudança constitucional para gastar até R\$ 42 bilhões fora do teto de gastos em pleno ano eleitoral, com o objetivo de turbinar benefícios sociais, cujos pagamentos se iniciam neste mês.

Colaborou Ana Paula Branco

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50001>

Bolsonaro edita decreto que regulamenta crédito consignado no Auxílio Brasil

Por g1 - São Paulo

O governo regulamentou o processo de empréstimo consignado vinculado ao Auxílio Brasil. O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Cidadania, Ronaldo Bento, assinaram decreto que foi publicado na edição desta sexta-feira (12) do Diário Oficial da União (DOU).

Quem recebe o Auxílio Brasil, assim como outros benefícios de transferência de renda do governo, poderá fazer empréstimo consignado (com desconto direto na fonte).

A lei que permite esse tipo de crédito foi sancionada no começo do mês.

LEIA TAMBÉM:

Crédito consignado atrelado a programas como Auxílio Brasil: veja riscos e cuidados Governo antecipa parcela de agosto do Auxílio Brasil; veja calendário

Veja abaixo o tira-dúvidas sobre a concessão de empréstimo bancários para os beneficiários do Auxílio Brasil:

Qual o valor do Auxílio Brasil? O que é empréstimo consignado? Qual a vantagem do consignado em relação a outros empréstimos? Qual o valor mínimo do empréstimo consignado? E qual o valor máximo? Qual a taxa de juros do empréstimo consignado? Como será feito o pagamento? Todos os bancos farão empréstimo consignado para quem recebe o Auxílio Brasil? Quando os bancos vão começar a oferecer empréstimo consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil? Vale a pena fazer o consignado? E se eu não conseguir pagar? Posso renegociar?

1. O que é o Auxílio Brasil?

Programa de transferência de renda que substituiu o Bolsa Família. Ele é destinado a famílias em situação de extrema pobreza, com renda familiar mensal per capita de até R\$ 105. Famílias em situação de pobreza, com renda familiar mensal per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210, também podem receber, desde que tenham, entre seus membros, gestantes ou pessoas com menos de 21 anos, e as em situação de pobreza.

2. Qual o valor do Auxílio Brasil?

Entre agosto e dezembro de 2022 o valor mínimo do benefício será de R\$ 600 por família. Todavia, originalmente ele é de R\$ 400 - o aumento de R\$ 200 foi aprovado pela Emenda Constitucional 123, a chamada PEC Kamikaze, que criou um estado de emergência para aumentar as despesas do governo fora do teto de gastos e driblou a lei eleitoral, que proíbe aumento de benefícios sociais em ano de eleições.

Auxílio Brasil X Bolsa Família: veja comparação

3. O que é empréstimo consignado?

Tipo de empréstimo em que a prestação mensal é descontada diretamente da folha de pagamentos. Até então, era destinado a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos**. Mas uma medida provisória do governo autorizou a concessão deste tipo de empréstimo, também, aos beneficiários de programas sociais.

4. Qual a vantagem do empréstimo consignado em relação a outros empréstimos?

Em razão das parcelas serem descontadas diretamente da folha de pagamentos, os bancos têm garantia de que as prestações serão pagas em dia. Com isso, ele pode ter taxas de juros menores, e é, em geral, um tipo de crédito mais barato em relação aos outros tipos oferecidos no mercado.

Crédito consignado atrelado a programas como Auxílio Brasil: veja riscos e cuidados

5. Qual o valor mínimo do empréstimo consignado? E qual o valor máximo?

Cada banco ou instituição financeira estabelece o valor mínimo que pode ser contratado - em média, o valor mínimo liberado é de R\$ 500.

Já o valor máximo é determinado por lei. No caso de quem recebe o Auxílio Brasil, o valor máximo será aquele em que as parcelas comprometerem até um máximo de 40% do valor mensal do benefício. Mas o

valor do benefício vai ser considerado o de R\$ 400 - já que o aumento para R\$ 600 é temporário. Assim, o valor máximo do empréstimo será aquele em que o valor da parcela seja de no máximo R\$ 160.

6. Qual a taxa de juros do empréstimo consignado?

A lei que autoriza a concessão de empréstimo consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil não estabelece limite para a taxa de juros que poderá ser cobrada pelas instituições financeiras - ou seja, cada banco irá definir quanto vai cobrar. Para aposentados e pensionistas, o teto de juros do empréstimo consignado é de 2,14% ao mês. Já nas operações realizadas pelo cartão de crédito consignado a taxa máxima permitida é 3,06% ao mês.

7. Como será feito o pagamento?

O Ministério da Cidadania vai descontar diretamente dos benefícios as parcelas do empréstimo. Assim, o beneficiário vai receber apenas o valor restante.

8. Todos os bancos farão empréstimo consignado para quem recebe o Auxílio Brasil?

Para oferecer o empréstimo consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil as instituições financeiras, incluindo os bancos, precisarão ser credenciadas pelo governo. Com a sanção da lei, vários se anteciparam e fazem pré-cadastro para quem recebe o benefício.

9. Quando os bancos vão começar a oferecer empréstimo consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil?

A expectativa é que a concessão de empréstimo consignado ao Auxílio Brasil comece a ser feita ainda em agosto. Com a sanção da lei, a oferta já é permitida. Porém, os principais bancos ainda aguardam a regulamentação de condições como a taxa de juros e outras questões operacionais para começar a oferta do crédito aos beneficiários do programa.

10. Vale a pena fazer o consignado?

Fazer um empréstimo consignado ligado ao Auxílio Brasil pode valer a pena para quem tem alguma necessidade urgente e inadiável - mas não para pagar as contas do dia a dia, ou para fazer compras desnecessárias. Isso porque o crédito pode ter juros altos, e vai comprometer a renda disponível do beneficiário por um longo prazo. Assim, pode faltar dinheiro por vários meses para fazer gastos essenciais, como alimentação.

11. E se eu não conseguir pagar? Posso renegociar?

Como a parcela do empréstimo é descontada direto do valor do benefício, essa possibilidade não existe. O beneficiário já vai receber o valor do Auxílio Brasil com a parcela descontada.

Isso também dificulta para o beneficiário que quiser renegociar a dívida. O que será possível será portar esse empréstimo para outro banco, que oferecer condições mais vantajosas.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/12/bolsonaro-decreto-credito-consignado-auxilio-brasil.ghtml>

Campanha do PT faz reuniões com aplicativos e entregadores para discutir nova regulação



Entregadores de aplicativos em manifestação por melhores condições e trabalho Bruno Santos - 16.abr.21/Folhapress

Paula Soprana e Fernanda Brigatti são paulo

A campanha presidencial do PT tem se reunido com diferentes frentes do setor de trabalho por aplicativo - motoboys, representantes empresariais e sindicatos - para dialogar sobre proteção social aos trabalhadores e possíveis regulações.

Nos últimos meses, o MID (Movimento Inovação Digital), antiga Associação Brasileira Online to Offline, que representa 150 empresas digitais, como Mercado Livre, Quinto Andar, Loft, 99, Get-Ninjas, Loggi e Dr. Consulta, esteve duas vezes com a equipe econômica do PT para apresentar reivindicações.

A pauta trata de telemedicina, venda digital de fármacos, direitos para motoristas e entregadores, digitalização de serviços públicos, qualificação de pequenas e médias empresas, entre outros.

A entidade defende que qualquer proposta de regulação de trabalho em plataforma digital aborde um conjunto maior de direitos do que apenas a cobertura previdenciária que vem sendo debatida no Ministério do Trabalho e Previdência.

"O grupo está em diálogo com todos os atores, especialmente os trabalhadores, que por diversas vezes são os últimos a serem consultados", diz Vitor Magnani, presidente do MID.

A questão trabalhista foi central nas reuniões até agora. Um dos pontos debatidos com a campanha de Lula é o alcance do trabalho digital.

O setor avalia que, com frequência, o assunto é visto como restrito a entregadores e motoristas, mas engloba diversos prestadores de serviços por apps, como diaristas e marceneiros, por exemplo.

No governo Bolsonaro, a discussão é encabeçada pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Ainda na gestão de Onix Lorenzoni, um grupo de trabalho considerou a criação de um modelo de micro - empreendedorismo adaptado ao funcionamento das plataformas.

Chamado de MEI Digital, mirava os entregadores e pretendia ser uma solução que garantisse direitos como aposentadoria, licenças-maternidade e paternidade e benefícios por incapacidade. A proposta era cobrar um valor fixo dos entregadores e um percentual de arrecadação dos aplicativos, mas depois de meses de debates, a conversa travou. O quanto as empresas pagariam foi um dos pontos de divergência.

Em 2022, já com o Trabalho e Previdência sob o comando de José Carlos Oliveira, as discussões foram retomadas. Segundo Oliveira, um grupo de trabalho sobre o tema deve ser criado ainda em agosto.

O ritmo do avanço das discussões frustrou parte do setor, que passou a buscar diálogo com as campanhas.

Além da chapa Lula-Alckmin, associações setoriais tiveram conversas com assessores de campanha de Ciro Gomes (PDT). Em seu plano de governo lançado na terça (9), Ciro propõe uma nova legislação aos trabalhadores de aplicativos, que prevê garantia de higiene, segurança e ganhos compatíveis.

No fim de julho, o Sindimoto-SP (Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas, Ciclistas e Moto-taxistas de SP) discutiu a situação da categoria com Geraldo Alckmin. Ouviu do candidato a vice que as leis atuais são suficientes para protegê-los, mas que elas estão

sendo desrespeitadas.

Inicialmente, a proposta em desenho no governo Bolsonaro previa contribuição obrigatória ao **INSS**, mas fora da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O modelo agradava parte das empresas.

Em abril, a Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia) divulgou uma carta de princípios com similaridades em relação ao que discutia o governo. O grupo, que representa iFood, Uber, Amazon e Buser, defende que os profissionais tenham direitos previdenciários, flexibilidade e autonomia.

Eles também propõem assumir parte das contribuições ao **INSS**, que seriam calculadas de acordo com o volume de uso de cada plataforma.

André Porto, diretor-executivo da Amobitec, diz que as associadas estão sempre abertas ao diálogo com "stakeholders, inclusive campanhas". Ele prefere, porém, não dizer com quem já se reuniu entre as candidaturas apresentadas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50001>

Como ampliar programa social para os informais

Vamos ao nosso décimo quarto encontro com ideias para implementar no próximo governo. O tema hoje é o que a imprensa batizou originalmente com vários nomes e que foi discutido no final de 2020, mas que inicialmente não chegou a ser efetivado. Contudo, é um assunto que deveria merecer a atenção do presidente escolhido nas eleições de outubro.

Vamos situar o tema. Embora o discurso político esteja cheio de críticas ao "Estado associado a privilégios", estes existem e são muitos, mas é um equívoco julgar que o Brasil carece de programas sociais importantes. Vamos a eles, citando só os mais importantes:

i) os benefícios rurais, em sua grande maioria de um salário mínimo (SM), concedidos com regras contributivas que não chegam a pagar nem 20% do valor presente que recebem os beneficiários ao longo de 20 ou 30 anos e que afetam a nada menos que dez milhões de pessoas, com despesas de mais de 1,5% do **PIB**;

ii) os gastos da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) com cinco milhões de pessoas e custo de pouco menos de 1% do **PIB**; iii) o Auxílio Brasil, turbinado pelo novo valor de R\$ 600, que alcança um número da ordem de 20 milhões de famílias e valor de magnitude a caminho de ser de quase 1,5% do **PIB** em 2023; e iv) o seguro desemprego e outros programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), somando perto de 1% do **PIB**.

A isso deveria ser adicionado o componente de subsídio implícito a quem contribui para a aposentadoria do **INSS** com uma fração do salário por apenas 15 anos e se aposenta carregando o benefício integral durante 20 anos ou mais, mas essa seria uma conta mais complexa de expor neste espaço exíguo.

O fato é que, mesmo sem considerar isso, estamos falando, apenas com esses programas, de quase 25% da despesa total do governo federal, apenas com programas de transferência de renda, explícitos ou indiretos, como no caso dos benefícios rurais, que tecnicamente não são assistenciais por serem, formalmente, previdenciários. É muito dinheiro!

Ao mesmo tempo, a pandemia trouxe ao debate no país a necessidade de repensar a relação que a sociedade tem com os trabalhadores informais,

"invisíveis" aos olhos de muita gente, que são muitos e representam uma das faces cruéis de nossa realidade, com histórias de muito sacrifício e diversos exemplos de verdadeiros "guerreiros da sobrevivência".

É evidente que uma ajuda como a que foi prestada no auge da pandemia não pode se repetir. R\$ 600 por mês a 65 milhões de pessoas dá o número espantoso de quase R\$ 40 bilhões por mês, o que anualizado representa um valor proibitivo, fora de questão para a realidade brasileira.

Por outro lado, tanto nos meios acadêmicos, como na esfera política e na opinião pública em geral, foi se consolidando a percepção de que seria preciso "fazer alguma coisa" para dar amparo aos trabalhadores informais, particularmente numa situação em que o fenômeno se agravou muito pelos acontecimentos de 2020, apenas parcialmente revertidos até o momento.

Assim, foi se cristalizando um conjunto de ideias: a) faz sentido haver um programa que conceda recursos a esses trabalhadores; b) ele teria que ser fatalmente limitado, em função da realidade fiscal; c) seria importante que contasse com incentivos econômicos adequados, para estimular as pessoas a melhorarem a sua situação; d) deveria ser aprimorado com o passar do tempo, analogamente ao que aconteceu com o Bolsa Família; e e) é preciso minimizar a superposição com outros programas, notadamente o Auxílio Brasil.

O leitor que acompanha esta série de artigos pode fazer uma ponte entre isto e a ideia de extinção do abono salarial, defendida há algumas semanas. Por que não reduzir os recursos para o abono - e o Auxílio Brasil, com a queda do número de famílias necessitadas - e ampliar a verba para um novo programa para os trabalhadores informais? Requer emenda constitucional, mas seria uma utilização muito mais inteligente dos recursos públicos.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/fabio-giambiagi/coluna/2022/08/como-ampliar-programa-social-para-os-informais.ghtml>

Fora de hora e lugar (Editorial)

Seria injusto criticar o reajuste salarial para os servidores da Justiça, defendido pelo Supremo Tribunal Federal, por dar novo mote à ofensiva bolsonarista contra as instituições -afinal, o Judiciário não deve se deixar intimidar por ataques liderados pelo chefe de outro Poder. A proposta, porém, é problemática por muitas outras razões.

A remuneração dos ministros do STF representa o teto salarial do serviço público -hoje de nada desprezíveis R\$ 39,3 mil mensais. Com o aumento ambicionado de 18%, o valor subiria a R\$ 46,4 mil, e os limites seriam ajustados para o restante do funcionalismo, incluindo o dos entes federativos.

O teto para os vencimentos está entre as várias questões mal resolvidas da administração pública nacional. É fato notório que órgãos diversos, em especial no Judiciário e no Ministério Público, valem-se de penduricalhos extrassalariais, como auxílios e abonos, para driblar as restrições da lei.

Tentativas de disciplinar o cumprimento dos limites se acumulam há anos no Congresso Nacional, sempre vencidas pela cumplicidade corporativista. Não obstante, a alegada defasagem do teto ante a inflação acumulada sempre serve de justificativa para reajustes.

A benesse pleiteada, fora da realidade da grande maioria dos trabalhadores do país, certamente dará impulso a uma nova onda de reivindicações dos servidores públicos.

Recorde-se que, no primeiro semestre, uma iniciativa atabalhoada de Jair Bolsonaro (PL) para elevar os salários dos policiais federais despertou manifestações e greves das demais categorias, com prejuízos consideráveis para a prestação de serviços do Estado. A tensão foi contida, mas não desapareceu.

O atual governo, como os antecessores petistas, negligenciou a reforma administrativa por afinidades com as corporações da máquina pública. Com isso, os gastos com pessoal apenas são controlados com expedientes precários, em particular o represamento de contratações e salários.

O Judiciário é um caso à parte nesse rol de distorções- consome algo como 1,5% do Produto Interno Bruto, patamar sem paralelo nas principais economias do mundo.

Por fim, a próxima administração terá o desafio orçamentário de equacionar a ampliação do Auxílio Brasil e outras despesas promovidas sem planejamento pelo desespero eleitoreiro de Bolsonaro. A prioridade não poderá ser o salário de quem já ganha muito bem.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50001>

Não tem cabimento um órgão público manter folha de pagamento secreta (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Políciais federais cobram Bolsonaro após vetos na LDO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187299?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187299?page=1§ion=1

CNI critica Moraes e defende corte de IPI



rafaela gonçalves

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicou um manifesto criticando a liminar concedida na segunda-feira, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que suspendeu parcialmente - pela segunda vez - a redução de 35% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) promovida pelo governo. A diminuição do tributo ocorreu via decreto do presidente Jair Bolsonaro (PL), que listava produtos a serem beneficiados com a queda, inclusive, alguns também fabricados na Zona Franca de Manaus (ZFM).

Em decisão anterior, Moraes já havia determinado ao Ministério da Economia a não aplicação da redução de IPI nos casos que envolvem a ZFM. Segundo o manifesto da CNI, a liminar traz um ambiente de incertezas quanto ao recolhimento do imposto, adicionando dificuldades à retomada econômica, à geração de empregos e o combate à **inflação**. "A extrema urgência para a retomada da atividade econômica e a queda da carga tributária são indispensáveis para alavancar a atividade industrial, reduzir os preços pagos pelo consumidor e estimular os investimentos necessários para o desenvolvimento do país", diz o texto.

O documento conta com a assinatura de 25 federações industriais e 38 associações, e foi divulgado ontem, no mesmo dia da carta pró-democracia organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com apoio da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que não contou com a assinatura da CNI.

O impasse sobre o IPI se arrasta desde maio, quando os primeiros decretos sobre o assunto foram

suspensos. O ministro Alexandre de Moraes atendeu a um pedido do partido Solidariedade, que argumenta que o decreto prejudica a competitividade da Zona Franca, cujos produtos têm isenção de IPI. "A queda de braço é entre a bancada do Amazonas, que quer proteger a Zona Franca e a CNI, que defende a redução de IPI para o país todo", explicou a economista e professora de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carla Beni, que afirmou que o setor produtivo ainda pode recorrer contra a decisão de Moraes.

Incentivos

Graças aos incentivos fiscais, ao longo dos anos, a ZFM se tornou um polo produtor de eletrodomésticos, motocicletas, bicicletas, TVs, celulares, aparelhos de ar-condicionado e computadores, entre outros bens.

Segundo o economista Murilo Viana, especialista em contas públicas, diminuir o IPI significa reduzir a competitividade da Zona Franca de duas formas. Primeiro, porque a isenção dada à região fica menos atrativa. Segundo, porque as empresas instaladas na região, apesar de comprarem insumos com alíquota zero, podem usufruir de créditos na aquisição de insumos de fora. "Esse crédito é correspondente à alíquota normal praticada. Quando se diminui a alíquota geral, diminui também o total de crédito aproveitável pelas empresas da ZFM", afirmou.

Viana disse ainda que a **reforma tributária**, que tem duas propostas paradas no Congresso, evitaria este imbróglio. "Em um contexto geral, a gente sabe que a carga tributária do Brasil é alta, e o setor industrial sofre muito com isso. A diminuição da carga para aumentar a competitividade da indústria brasileira é uma agenda histórica do setor." O professor de economia do Ibmec William Baghdassarian destacou as tentativas do governo de aumentar a competitividade da indústria e aplicar uma lógica de tributação mais justa, o que, segundo ele, validaria a necessidade da redução do IPI. "O Imposto de Renda, por exemplo, pode ser calibrado de acordo com quanto o contribuinte ganha - é o que a gente chama de equidade. Já um imposto sobre consumo acaba sendo uniforme para todo mundo, fazendo quem ganha menos pagar mais, o que é indesejável para o regime tributário", disse.

Baghdassarian lembrou que, adicionalmente, estamos vivendo um momento de alta dos juros, o que significa custo de captação de recursos mais elevado para as

empresas. "Essa combinação de custo de capital caro e baixo investimento retrai a economia. Então, a tentativa do governo é a de abrir mão de um pouco da arrecadação para que a indústria possa voltar a produzir e a crescer", acrescentou.

Brasil busca reduzir dependência de importação de insumos farmacêuticos



Laboratório Cristália, em Itapira, no interior de São Paulo Marcos Corrêa/PR

Cláudia Collucci

A falta de IFA (Insumo Farmacêutico Ativo) para a fabricação de vacinas durante a pandemia de Covid-19 e mais recentemente o desabastecimento de medicamentos essenciais expôs a dependência do país às importações dessa matéria-prima e tem mobilizado o setor farmacêutico a buscar soluções.

O Brasil só produz 5% desses insumos, o restante (95%) é importado da China e da Índia, segundo a Abiquifi (Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos). Até o final dos anos 1980, o país produzia 50% dos IFAs consumidos.

Com a queda das proteções tarifárias à importação de produtos no início dos anos 1990, os insumos asiáticos passaram a ser ofertados a preços muito baixos e dominaram o mercado, diante da ausência de políticas de incentivo à indústria farmoquímica nacional.

O fechamento das fronteiras na China e na Índia durante a pandemia, e, neste ano, a guerra na Ucrânia e a alta do petróleo, provocaram uma corrida dos países em busca de alternativas para evitar futuras crises. Atualmente, o desabastecimento dessa matéria-prima afeta desde a produção de vacinas contra a varíola dos macacos até medicamentos essenciais, como antibióticos e analgésicos.

Na semana passada, a visita de Nancy Pelosi,

presidente da Câmara dos Deputados americana, a Taiwan, reacendeu o temor de uma guerra comercial entre China e Estados Unidos. "Isso é perigosíssimo. Uma eventual mudança geopolítica deixa os países de cabelo em pé", afirma Norberto Prestes, presidente da Abiquifi.

Os Estados Unidos, que também dependem de importação de IFA dos países asiáticos, anunciaram que vão fabricar 180 moléculas consideradas estratégicas para manter a soberania da produção e sinalizaram que tem interesse em parcerias com países aliados, entre eles o Brasil.

"Os EUA precisam trazer para mais perto deles, para os vizinhos, amigos, essa produção de IFAs que eles não conseguem ter controle. O Brasil tem uma capacidade produtiva boa, tem técnicos bons, mas é preciso fazer uma reforma dos custos que se tem hoje no país", diz Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos).

A Abiquifi já entregou aos ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia um levantamento das 50 moléculas estratégicas para a saúde pública no Brasil a partir de um recorte do consumo privado de medicamentos, que representa 30% do mercado. Entre eles, estão antibióticos, anti-hipertensivos e medicamentos para os sistemas nervoso e respiratório.

Agora, segundo Prestes, será feito um segundo relatório, a partir do consumo do SUS, para definir quais são os insumo prioritários. "A partir dessas informações, vamos começar a discutir um plano estratégico, assim como foi feito em relação aos fertilizantes. A indústria de base [química fina] para o fertilizante e agrotóxico é a mesma do medicamento."

A estimativa é que será preciso investir de R\$ 2 bilhões a R\$ 4 bilhões para ampliar a produção de IFA no Brasil. "Há coisas que dão para resolver mais a curto prazo, tipo três anos. Outras vão demandar cinco, dez, 20 anos. Mas não dá mais para adiar essa discussão."

Outra estratégia tem sido uma parceria de empresas brasileiras com farmoquímicas da Argentina. Segundo Prestes, de 350 insumos produzidos nos dois países,

apenas 20 são comuns a ambos. Entre as propostas estão a produção conjunta ou transferência de tecnologia.

Para Mussolini, do Sindusfarma, são necessárias uma **reforma tributária** e uma revisão do chamado "custo Brasil", conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas, trabalhistas e econômicas, para que o país desperte interesse de empresas para a produção nacional de IFA.

"Se hoje você pega um empréstimo para construir uma fábrica, antes do depósito do dinheiro cair na sua conta você já está pagando imposto, o IOF. Você paga imposto antes de comprar o primeiro tijolo."

Ricardo Pacheco, CEO do laboratório Cristália, explica que produzir IFA no Brasil é muito mais desafiador do que fabricar na China e na Índia. "São múltiplas questões, entre elas, a regulatória, a falta de investimentos, de linhas de financiamentos e o custo da importação de equipamentos e da pesquisa. Só o que não nos falta são cientistas de ponta."

No Cristália, localizado em Itapira (SP), 68% da fabricação de IFA dos cerca de 350 medicamentos disponíveis são de produção própria. A empresa tem três farmoquímicas, uma delas oncológica, e duas plantas de biotecnologia que produzimos IFAs biológicos e os medicamentos finais.

"Foi esse histórico consistente, que nos ajudou a garantir o abastecimento dos hospitais brasileiros no auge da pandemia", diz ele. A produção vem desde 1983, com a inauguração da primeira fábrica.

A empresa tem planos de expandir a produção, mas não persegue a autossuficiência total. "Nenhum laboratório farmacêutico, em nenhum país do mundo, produz 100% dos insumos que precisa. Isso depende também de vocações específicas e de matérias-primas", diz o executivo.

Na opinião de Pacheco, é necessário criar um marco legal que possa dar segurança jurídica e estimular a indústria química em geral. "A melhor forma de fazer isso é impulsionar a articulação entre universidades, centros de pesquisa, órgãos do governo e setor produtivo privado."

Marcelo Mansur, CEO da Nortec Química, maior fabricante de IFAs da América Latina, com cerca de 350 toneladas, diz que o Brasil precisa olhar para o complexo industrial da saúde, em especial a farmoquímica, como uma política de Estado, assim como fizeram a China e a Índia, que investiram em várias frentes.

"No momento de crise, todo mundo fala, mas quando a crise passa, tudo retorna para a questão do preço, o que é compreensível porque [menor] preço significa [ampliar o] acesso. Mas a pior coisa que pode acontecer na saúde é a falta. Existem maneiras de equacionar essas duas questões, passa pela nacionalização de tecnologias."

Ele lembra que não há respostas rápidas neste setor. "Você não constrói uma fábrica em menos de cinco anos, você não consegue registrar um IFA em menos de dois anos. Mas é uma discussão que tem que ter em tempos de crise e de calma. Não estamos falando mais de [falta] de kit intubação, mas estamos com falta de antigripais, até de soro fisiológico para diálise."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50001>

Guedes discute investimentos e ambiente de negócios com alemães

Lu AikoOtta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187299?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187299?page=1§ion=1

Procurador-geral aprovou buscas na mansão de Trump



O procurador-geral de Justiça dos Estados Unidos, Merrick Garland, rompeu o silêncio sobre as buscas na mansão de Donald Trump, em Mar-a-Lago (Flórida), na última segunda-feira, e disse que "aprovou pessoalmente" a operação. Ele condenou os "ataques infundados" contra o FBI (polícia federal norte-americana), após esta ação sem precedentes contra um ex-presidente.

Garland, que chefia o Departamento de Justiça, não explicou o motivo da operação no resort privativo de Trump, mas enfatizou que existe um "caso provável" e que pediu a um tribunal que tornasse públicos os documentos. "Aprovei pessoalmente a decisão de pedir uma ordem de busca e apreensão neste assunto", declarou. "O Departamento (de Justiça) não toma uma decisão assim à toa", acrescentou.

As buscas realizadas pelo FBI provocaram uma tempestade política em um país bastante dividido e acontecem no momento em que Trump cogita nova candidatura à Casa Branca. Integrantes de peso do Partido Republicano ofereceram apoio ao magnata, que não estava na mansão quando ocorreu a operação. O ex-vice-presidente de Trump, Mike Pence, possível adversário em 2024, expressou sua "profunda preocupação" e avaliou que a operação parecia motivada por "partidarismo".

Garland, por sua vez, criticou os "ataques infundados ao profissionalismo dos agentes e promotores do FBI e do Departamento de Justiça", respectivamente. Desde que deixou o cargo, Trump manteve grande influência sobre o Partido Republicano e continua dizendo, sem apresentar provas, que venceu as eleições presidenciais de 2020.

O ex-presidente também condenou a operação do

FBI, ao afirmar que a mesma foi politicamente motivada e que representaria o "uso" do Departamento de Justiça "como arma". "Nada assim jamais ocorreu antes a um presidente dos Estados Unidos", declarou Trump, em nota.

Apenas dois dias depois da operação policial, Trump, de 76 anos, foi interrogado durante quatro horas no escritório da procuradora-geral do estado de Nova York, Letitia James, que investiga as práticas comerciais das Organizações Trump. A imprensa americana afirma que ele invocou o seu direito a não responder perguntas mais de 400 vezes durante o depoimento sobre supostas fraudes nos negócios imobiliários de sua família.

A procuradora-geral de Nova York suspeita que a Organização Trump superestimou o valor de propriedades imobiliárias ao solicitar empréstimos bancários, enquanto subestimava os valores desses mesmos imóveis às autoridades tributárias para pagar menos **impostos**. O ex-presidente tem outra frente aberta na Justiça por seus esforços para anular os resultados das eleições e pela invasão do Capitólio dos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021, por seus simpatizantes.

Queda da inflação dá fôlego a Biden para eleições legislativas



Desde que assumiu o volante da maior economia do mundo, em janeiro de 2021, a popularidade de Joe Biden entrou em parafuso. Cada escorregão do presidente era mais um prego no caixão da ambição democrata de manter a maioria na Câmara e no Senado. Nas últimas semanas, porém, ele parece renascido, enfileirando vitórias que dão fôlego ao seu governo.

A mais importante delas é a queda da **inflação** de julho, que na quarta-feira ficou em zero por cento - embora o índice anualizado ainda seja alto, de 8,5%. Na semana passada, Biden já havia soltado rojões com a divulgação do índice de desemprego de 3,5% em julho - o menor dos últimos 50 anos.

Ontem, o preço da gasolina nos EUA caiu abaixo dos US\$ 4 o galão (cerca de R\$ 4,5 por litro) pela primeira vez desde março - uma queda constante de 58 dias consecutivos, reflexo do preço do barril de petróleo, também em baixa, o que também ajuda a explicar a desaceleração da **inflação**.

TERRORISMO. Mas não é só na área econômica que os bons ventos sopram para o presidente.

Após a desastrosa retirada das tropas americanas do Afeganistão, em agosto de 2021, criticada até por aliados na Europa, Biden marcou um golaço na semana passada ao anunciar que um drone operado pela CIA matou o terrorista Ayman al-Zawahiri, arquiteto dos atentados do 11 de Setembro e sucessor de Osama bin Laden no comando da Al-Qaeda.

O presidente também vem obtendo vitórias no Congresso, cumprindo a promessa de campanha de evitar governar com decretos executivos, ferramenta usada com fartura por seus antecessores diante de impasses legislativos.

MEIO AMBIENTE. A principal conquista deve acontecer hoje, com a aprovação definitiva na Câmara da Lei de Redução da **Inflação**, projeto de US\$ 430 bilhões que pretende, de uma tacada só, combater mudanças climáticas, reduzir preços de medicamentos e aumentar **impostos** corporativos.

Na terça-feira, ele assinou uma lei que prevê subsídios para a fabricação de chips de computador nos EUA, diminuindo a dependência de fornecedores asiáticos. Ontem, assessores do presidente disseram que ele pretende viajar pelos EUA nas próximas semanas para vender ao eleitorado todas essas conquistas.

Embora ainda sem datas e destinos, espera-se que Biden apareça em Estados onde os candidatos democratas mais precisem dele. Em novembro, os americanos renovarão todos os seus 435 deputados e 35 das 100 cadeiras no Senado.

Hoje, os democratas controlam as duas Casas.

"As vitórias são importantes, mas até as eleições será uma maratona", disse Joel Benenson, consultor democrata que trabalhou para o ex-presidente Barack Obama. Além disso, o impacto de algumas leis pode levar tempo para ser percebido - um tempo que os democratas não têm.

Mesmo assim, muitos estão otimistas. "Esse pacote de saúde, clima e economia terá impacto político imediato", disse o senador Brian Schatz. "Não porque as pessoas sentirão os efeitos agora, mas porque elas sabem que o Congresso não fez nada nos últimos tempos." **NÚMEROS.** Ainda é cedo para saber o impacto da maré favorável na popularidade de Biden.

Em fevereiro de 2021, um mês após a posse, ele tinha 55% de aprovação, segundo o portal FiveThirtyEight, que faz a média de pesquisas. No dia 21 de julho, chegou ao fundo do poço, com 38%. Nas últimas três semanas, navegando a favor do vento, ele voltou a respirar acima dos 40%.

Com isso, os democratas recuperaram terreno na disputa legislativa. Pesquisas que apontavam favoritismo dos republicanos para retomar o Senado agora indicam uma disputa apertada. Na briga pelo controle da Câmara, porém, o Partido Republicano

tem posição mais segura e deve reconquistar a maioria. A menos que Biden tire outros coelhos de sua cartola.

I NYT

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os democratas salvaram a civilização?



Eles realmente conseguiram.

A Lei de Redução da **Inflação** - que é principalmente um projeto legislativo destinado a combater as mudanças climáticas, com um aspecto que favorece uma reforma na saúde - foi aprovada pelo Senado, no domingo; e, segundo todos os cálculos, será facilmente aprovada na Câmara dos Deputados e se tornará lei.

Isso é realmente muito importante.

A lei, em si, não é suficiente para evitar o desastre climático. Mas é um passo enorme na direção certa e prepara o cenário para mais ações nos próximos anos. A legislação catalisará progresso em tecnologia verde. Seus benefícios econômicos facilitarão a aprovação de mais leis. Ela dá aos EUA a credibilidade de que o país precisa para liderar um esforço global para limitar as emissões de gases de efeito estufa.

DIFAMAÇÃO. Há, evidentemente, cínicos ávidos para difamar essa conquista. Alguns na esquerda se apressaram em desprezar o projeto de lei, qualificando-o como um prêmio para a indústria de combustíveis fósseis com pose de ação ambiental.

Mais importante, os republicanos - que se opuseram à legislação de maneira unânime - estão berrando o que sempre berram: Gastos altos! **Inflação!**

Mas verdadeiros especialistas em energia e meio ambiente estão exultantes com o que foi alcançado, e

economistas sérios não estão preocupados com o efeito sobre a **inflação**.

Começemos com o lado ambiental.

Muitas pessoas com quem converso acreditam que a agenda ambiental do presidente Joe Biden, conforme definida em sua proposta original do pacote Build Back Better, deva ter sido em grande parte diluída na legislação aprovada.

Afinal, os democratas não tiveram de abrir grandes concessões para ganhar o voto do senador Joe Manchin? E não estão previstos importantes benefícios para os interesses do setor de combustíveis fósseis, como ajuda para um controverso gasoduto?

GANHOS. Mas analistas da indústria de energia acreditam que qualquer efeito climático adverso decorrente dessas concessões será obliterado pelos ganhos de créditos fiscais para a energia limpa. O Repeat Project, compilado pelo Zero Lab, de Princeton, produziu uma comparação lado a lado dos cortes de emissão sob a Lei de Redução da **Inflação** (LRI) e sob a versão mais branda do Build Back Better (BBB).

Até 2035 a LRI, estimam os pesquisadores, terá ocasionado mais de 90% das reduções de emissões que o BBB teria alcançado. Depois daquele drama legislativo, a política ambiental de Biden emergiu essencialmente intacta.

Como isso foi possível? Logo em seu início, o governo Biden decidiu que sua política ambiental seria movida a cenouras, em vez de chicotes - isso proveria incentivos para fazer a coisa certa, não penalidades por fazer a coisa errada.

Essa estratégia, esperava-se, se provaria factível politicamente de uma maneira que, digamos, **impostos** sobre emissões de carbono não seriam capazes.

E essa esperança foi reivindicada.

DIVIDENDOS. Além disso, tratase de uma estratégia que, aparentemente, renderá dividendos políticos no futuro. Um novo estudo, de E. Mark Curtis e Ioana Marinescu, constata que "o crescimento da energia renovável leva à criação de empregos relativamente bem remunerados, que são com bastante frequência localizados em áreas que têm a perder com o declínio

dos empregos na extração de combustíveis fósseis".

Então, o que o governo Biden perdeu? Infelizmente, grande parte do gasto social que o BBB original previa - créditos fiscais em benefício de crianças, creches públicas universais e mais - foi cortada.

Isso é trágico, apesar de o aumento nos subsídios para seguro- saúde - que ajudaram a produzir uma redução recorde no número de americanos não segurados - ter sido estendido.

Mas os democratas cumpriram quase todas as suas promessas em relação ao meio ambiente.

INFLAÇÃO. E o que diz a crítica da direita? Além da patética tentativa de retratar a LRI como uma grande escalada nos **impostos** da classe média, republicanos como Mitt Romney estão tentando associar a legislação com o Plano de Resgate Americano, do ano passado, que, afirmam eles, causou aumento na **inflação**.

Não importa se essa alegação é verdadeira ou não. Importante é fazer a conta. A Lei de Redução da **Inflação** prevê gastos inferiores a US\$ 500 bilhões ao longo de uma década, e o Plano de Resgate Americano determinou o gasto de US\$ 1,9 trilhão em um único ano - e na realidade reduzirá o déficit.

É por isso que analistas independentes consideram que a LRI influenciará pouco a **inflação**.

Mas se o gasto não é tão grande, como é capaz de surtir tamanho impacto? A resposta é que, neste momento, estamos numa espécie de limiar. A tecnologia em energia renovável fez um progresso revolucionário, e fontes renováveis já são mais baratas do que combustíveis fósseis em muitas áreas.

Um estímulo moderado da política pública basta para ocasionar a transição para uma economia muito mais verde. E a Lei de Redução de **Inflação** vai dar esse empurrão.

IGNORÂNCIA. Mas, diante tudo isso, por que todos os senadores republicanos votaram contra a LRI? Nem todos eles são ignorantes e alguns sabem fazer contas - estou bem certo que Romney, por exemplo, sabe que está falando besteira.

Diferenças ideológicas também não podem ser facilmente invocadas. O esforço ambiental da LRI depende principalmente de créditos fiscais - e os próprios republicanos usaram créditos fiscais para cumprir metas sociais, como os (tão abusados) créditos em Zonas de Oportunidade previstos no corte de **impostos** aplicado por Donald Trump em 2017.

Quase certamente, o que vemos agora é a política do despeito.

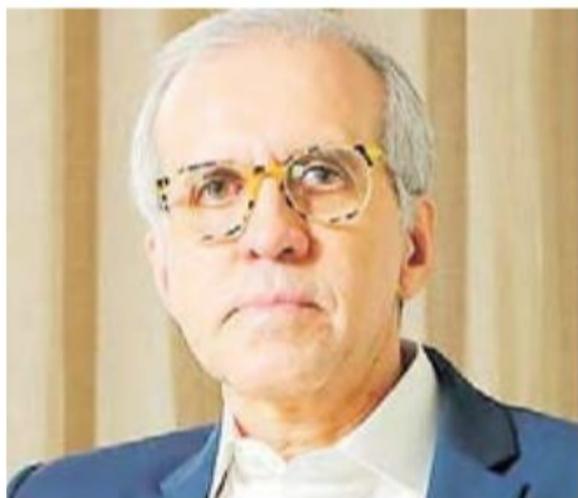
Todos os senadores republicanos se mostraram dispostos a acabar com nossa melhor chance de evitar um desastre climático simplesmente para negar uma vitória ao governo Biden.

A boa notícia é que a lei foi aprovada a despeito de seu despeito.

E o mundo se tornou um lugar com mais esperança do que era semanas atrás. | TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Meta para dívida, em vez de limite de gasto, é equívoco"



DANIEL TEIXEIRA/ ESTADÃO - 09/8/2022

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

ENTREVISTA: Nilson Teixeira, Fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, Teixeira foi economista-chefe do Credit Suisse e do Chase Manhattan

O economista Nilson Teixeira, ex-Credit Suisse e atual sócio da Macro Capital Gestão de Recursos, defende o fortalecimento da política fiscal no próximo governo por meio de um cronograma para alcançar superávits primários (contas no azul) até um patamar entre 2% e 2,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no fim do próximo mandato. O modelo contemplaria limites por tipo de gasto, como social, pessoal, Previdência e investimentos.

Para ele, a ideia de criar uma regra atrelada à dívida seria "um equívoco". Na sua avaliação, depois das eleições o Congresso atual deveria votar logo uma mudança no arcabouço da regra fiscal porque a regra do teto de gastos, que atrela o crescimento das despesas à **inflação**, "já está morta".

Um dos primeiros no setor financeiro a escrever que o mercado não precisa ter medo de um novo governo Lula, Teixeira diz que o ex-presidente pode construir um programa que leve o País a uma situação melhor, mas admite o risco das políticas intervencionistas: "Tenho receio das ideias velhas".

A seguir, os principais trechos da entrevista: Como vê as propostas de mudança no teto de gastos?

A regra do teto está morta desde 2020, e uma nova precisa ser buscada. A minha preferência é por uma regra de superávit primário com cronograma para se chegar a um superávit primário de 2%, 2,5% do **PIB** no fim do governo. Em conjunto, se estabelecem algumas regras de limitações para os gastos. Se for para gasto social com os mais pobres, um limite.

Se for para folha de pagamentos do funcionalismo, outro.

Para aposentadoria, outro. Um limite para investimento. Não faria sentido criar 500 limites, mas um conjunto de três ou quatro parece razoável.

O Ministério da Economia estuda criar uma meta para a dívida. Como avalia?

Ter regra para dívida é um equívoco.

Em 2020 e início de 2021, bons economistas falavam em dívida chegando a 100% do **PIB** num prazo exíguo. Hoje, a dívida está abaixo de 80% do **PIB**. Isso demonstra que é muito difícil projetar a dívida. Até porque, quando se está combatendo a **inflação**, os juros aumentam e a dívida pode acelerar temporariamente, antes de recuar. Não é o caminho.

A situação fiscal hoje do País é de risco elevado?

Vejo analistas dizendo que os juros têm de aumentar mais porque o Brasil carrega uma bomba fiscal. Não há esse risco de insolvência da dívida. A discussão fiscal está muito mais atrelada ao crescimento potencial da economia. Dívida alta dificulta o crescimento.

De que forma atrapalha o crescimento?

Por exemplo, com uma meta de superávit, se o governo gastar mais, tem de cobrar mais **impostos**.

O resultado primário será o mesmo, e a capacidade de pagar a dívida continua a mesma. Não gera maior risco de insolvência da dívida, excluindo-se, naturalmente, casos extremos. O que essa estrutura de **impostos** elevados gera é menor capacidade de crescimento econômico. O impacto negativo da situação fiscal, portanto, não é nem a insolvência nem

uma eventual **inflação** muito maior, e sim um crescimento mais baixo.

Poderia detalhar como seriam as restrições?

Sugiro um gasto das despesas de, no máximo, **inflação** mais o crescimento do ano anterior, limitado ao crescimento potencial do País de 1,5% ao ano. Além disso, a folha do funcionalismo não poderia crescer mais do que a **inflação**. A alta das aposentadorias também precisa ser limitada, desatrelando aumentos à **inflação**, e não ao salário mínimo.

Assim, será necessária uma nova reforma previdenciária.

Entre as reformas, qual o próximo presidente deveria fazer primeiro?

Eu iria dizer a tributária, mas talvez o mais correto seja falar de uma reforma que busque o atendimento mais amplo das camadas mais pobres. Essa seria a reforma principal: reduzir a miséria de uma maneira mais ampla.

Isso exigiria alterações profundas nas questões tributária, educacional, de saúde, administrativa e de segurança pública. Crucial mesmo é fazer tudo o que for necessário para a redução da pobreza e a extinção da miséria.

Especialistas do "Grupo dos Seis" e economistas do PT defendem um "waiver" (a licença para gastar) em 2023 até que se reformule o arcabouço fiscal. É um caminho?

O risco é de esse waiver ser prorrogado por muito tempo.

É o que geralmente ocorre. O adequado seria o atual Parlamento contribuir para que as propostas do futuro governo comecem a deslanchar. Articular medidas mais relevantes em relação ao Orçamento de 2023.

Não tenho dúvidas de que há mecanismos hoje que permitem (ao Auxílio Brasil) continuar concedendo R\$ 600 ou mesmo R\$ 800 para as famílias por alguns meses, cortando ou eliminando outras despesas.

O sr. foi um dos primeiros a escrever que o mercado não precisa ter medo de um novo governo de Lula.

O que o mercado cobra?

Há sempre o risco de as políticas intervencionistas serem ampliadas.

Tenho receio das ideias velhas. A sociedade quer reduzir a pobreza e a desigualdade de renda, bem como ter um País que cresça mais. A questão é como fazê-lo. Temos longa experiência de medidas que não ajudaram na redução da pobreza, mas, mesmo assim, continuam existindo e garantindo a transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos.

Não faz sentido ter profissionais liberais ganhando R\$ 300 mil e pagando pouquíssimo imposto, enquanto outros ganhando R\$ 7 mil e pagando muito mais em termos relativos.

Quem é o economista

NILSON TEIXEIRA Sócio-fundador da Macro Capital

Com fama de acertar previsões, foi alvo de críticas do então ministro da Fazenda, Guido Mantega, por projetar um "pibinho" muito menor do que o governo contava em 2012. Acertou.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

São Paulo promete liberar créditos de ICMS sem fiscalização prévia

Bárbara Pombo De São Paulo

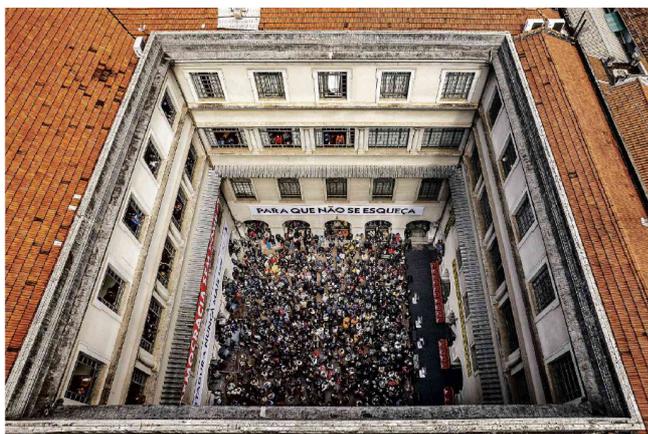
Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187299

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187299

Ato pela democracia une sociedade com falas contra golpismo de Bolsonaro



Pátio das Arcadas na Faculdade de Direito da USP lotado durante leitura de manifesto. Marcelo Ruy/Petropolis



Manifestante segura cópia da Constituição durante ato na Faculdade de Direito da UNB, em Brasília. Gabriela Bili/Petropolis



Manifestantes pedem voto em candidatos LGBTQIA+ no largo de São Francisco, em São Paulo. Sergio Curiello/Petropolis

Joelmir Tavares, Carolina Linhares, Douglas Gavras, Artur Rodrigues, Carlos Petrocilo, Bruno Soraggi e Renata Galf

Protesto endossa peso histórico de carta

Salão nobre e pátio da Faculdade de Direito da USP são tomados por diferentes segmentos sociais

Manifesto passa de 1 milhão de signatários

A mais ampla manifestação por democracia sob o governo de Jair Bolsonaro (PL) teve ápice na manhã desta quinta-feira (11) com um ato na Faculdade de Direito da USP em que foi lida, sob aplausos e falas contra o autoritarismo, a carta iniciada na instituição e

assinada por mais de 1 milhão de pessoas.

O texto, que não cita diretamente Bolsonaro, mas prega a manutenção do Estado democrático de Direito e o respeito às eleições diante das ameaças golpistas do presidente de contestar o resultado e questionar as urnas eletrônicas, foi precedido da leitura de outro manifesto, endossado por mais de cem instituições.

O movimento, a menos de dois meses do primeiro turno das eleições, é considerado um marco simbólico na reação da sociedade civil à escalada de ameaça às instituições promovida por Bolsonaro, que insufla apoiadores para saírem às ruas no 7 de Setembro, data do Bicentenário da Independência.

Segmentos que estavam inertes perante as intimidações, sobretudo no ambiente empresarial e financeiro, decidiram se juntar às mobilizações. Banqueiros, juristas, acadêmicos, artistas, sindicalistas e ativistas também participam, sob o discurso de união de divergentes em torno de um ideal maior.

A "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito" remete à histórica "Carta aos Brasileiros", apresentada em ato público em agosto de 1977, na mesma Faculdade de Direito da USP, o que marcou a luta contra a ditadura militar e por redemocratização.

Oradores repudiaram, em tom de espanto e indignação, a necessidade de em pleno 2022 a sociedade ter que brigar por democracia e respeito à Constituição de 1988.

"É uma situação esdrúxula essa, mas toda a nossa energia, toda a nossa coragem tem que ficar neste momento concentrada em salvar o que foi conquistado ao longo dos anos e que é a base do nosso futuro", disse o ex-presidente do Banco Central do Brasil Arminio Fraga.

Frisando que "as sociedades mais prósperas do planeta são todas democracias", Arminio disse que se sentia parte de um "grupo tão diverso, que tantas vezes no passado lutou em polos opostos, fazendo agora de tudo para preservar o que nos é sagrado, que é a nossa democracia".

O Judiciário, que Bolsonaro frequentemente ataca

como estratégia de descredibilizar as instituições, foi defendido nos discursos, assim como a Justiça Eleitoral. As falas também enfatizaram o combate à fome e à desigualdade, além de exaltar direitos de minorias, como negros e mulheres.

O ambiente teve clima de denúncia, mas também de celebração por estar materializada a revolta expressa nos documentos, divulgados há menos de um mês. A adesão virtual à carta idealizada na USP surpreendeu organizadores.

O salão nobre e o pátio da faculdade, no largo São Francisco, região central de São Paulo, foram tomados por diferentes segmentos sociais, partidos e correntes ideológicas. A instituição é palco histórico de manifestações em defesa dos princípios legais.

Uma multidão de signatários e apoiadores da causa também se concentrou do lado de fora, inicialmente sob frio e garoa -depois o tempo abriu. A plateia acompanhou as falas que ocorriam dentro do prédio por um telão. Organizações como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo) fizeram marchas até o local.

Não foram registrados incidentes na mobilização na capital paulista. Atos simultâneos em outras universidades em todos os 26 estados brasileiros também tiveram a leitura da carta e discursos.

Mais tarde, houve passeatas e outras manifestações de rua contra Bolsonaro em diferentes capitais, incluindo São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Rio, além de Brasília.

Faixas com referência ao regime militar foram estendidas no pátio das Arcadas, com mensagens como "ditadura nunca mais". Outros eram por "Estado de direito sempre" e "democracia sem fome".

"Temos aqui a reunião de sindicalistas, empresários e movimentos sociais da sociedade civil. Isso mostra que as eleições já têm um vencedor", discursou o diretor da Faculdade de Direito da USP Celso Fernandes Campilongo.

"Esse vencedor é o sistema eleitoral brasileiro. Esse vencedor é a legalidade do Estado democrático de Direito sempre. E, principalmente, o mais importante, o vencedor das eleições é o povo brasileiro." A carta foi lida por três professoras da USP que se descreveram, respectivamente, como preta - Eunice Aparecida de Jesus Prudente-, branca -Maria Paula Dallari Bucci- e morena -Ana Elisa Bechara-, e um homem branco, o advogado Flávio Bierrenbach.

O pátio das Arcadas ficou lotado. Campilongo afirmou que 1.200 pessoas eram esperadas, além de 300 jornalistas e 100 alunos que ajudaram na organização. Ele disse à reportagem, no entanto, estimar que havia cerca de 2.500 pessoas no prédio, além de 15 mil a 20 mil do lado de fora.

Durante a leitura, espectadores ergueram o celular para gravar vídeos. No encerramento, o hino nacional foi executado no pátio. Parte do público entoou coros de "fora, Bolsonaro" e "olê, olê, olá, Lula, Lula". A cantora Daniela Mercury pediu respeito ao Estado de Direito e cantou a música "O Canto da Cidade".

O presidente da República acabou por legitimar as reações da sociedade ao falar nos últimos dias que as "cartinhas", como se referiu aos documentos, têm o objetivo de atingi-lo. Bolsonaro ironizou as mobilizações inclusive enquanto acontecia o ato no largo São Francisco.

As investidas do mandatário sobre o sistema eleitoral e as instituições se intensificaram desde o 7 de Setembro de 2021 e devem se repetir na mesma data neste ano.

A tensão se ampliou com a reunião com embaixadores convocada por Bolsonaro em 18 de julho, no Palácio da Alvorada, em que ele repetiu mentiras sobre as umas eletrônicas, atacou instituições e disseminou teorias da conspiração.

Lula e outros presidentiáveis, como Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB), assinaram o manifesto, assim como os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Michel **Temer** (MDB).

Segundo os organizadores, os oradores foram orientados a evitar menções a Lula e a Bolsonaro, na tentativa de tomar o ato suprapartidário e alcançar todos os brasileiros -não foram permitidas faixas de partidos ou candidatos.

O petista, contudo, se fez presente em camisas e adesivos, principalmente do público do lado de fora.

A maior parte dos recados a Bolsonaro foi velada, mas a presidente do Centro Acadêmico de Agosto, Manuela Morais, por exemplo, citou o presidente explicitamente.

O protocolo também foi quebrado pelo coordenador nacional do MST, João Paulo Rodrigues, que pediu voto no petista ao discursar da sacada para o público externo, e pelo candidato a deputado federal pelo PSOL Guilherme Boulos.

Antes, foi lido também na Faculdade de Direito outro manifesto em favor da democracia, assinado por entidades como a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Apelidado de "carta dos empresários", o documento "Em Defesa da Democracia e da Justiça" uniu mais de cem organizações, inclusive parceiros improváveis, como a Fiesp, centrais sindicais (como CUT, Força Sindical e UGT), a Febraban, a Academia Brasileira de Ciências e a UNE.

O material faz apelos por respeito à soberania do voto, obediência à Constituição, apreço ao Judiciário e preservação da estabilidade democrática e do Estado de Direito. Também reforça a confiança na integridade do sistema eleitoral e na busca pacífica por desenvolvimento.

A mobilização foi a mais emblemática de setores do **PIB** contra os arroubos antidemocráticos do mandatário. Apesar das adesões de peso, segmentos econômicos alinhados ao bolsonarismo evitaram endossar os atos.

O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, participou do evento. Escolhido para ler o manifesto ao microfone, o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, presidente da Comissão Arns, disse que, com a mobilização inédita, "capital e trabalho se unem em defesa da democracia".

Ex-presidente da Fiesp, o empresário Horácio Lafer Piva discursou na tribuna em defesa dos pilares constitucionais: "Todos que estão aqui hoje lutam contra a apatia, contra o populismo, contra as ameaças. Lutam contra os riscos de deixar de lado o melhor de nós mesmos".

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, definiu como natural a união das centrais sindicais e entidades patronais. Segundo ele, a democracia é um bem maior, que vai além das diferenças.

- "É uma situação esdrúxula essa, mas toda a nossa energia, toda a nossa coragem tem que ficar neste momento concentrada em salvar o que foi conquistado ao longo dos anos e que é a base do nosso futuro" Arminio Fraga ex-presidente do Banco Central do Brasil

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50001>

Gestado por mais de um ano, movimento tem futuro incerto



Patrícia Campos Mello são paulo

Os dois manifestos pela democracia lidos nesta quinta (n) na Faculdade de Direito da USP levaram mais de 12 meses para nascer, e os idealizadores agora debatem quais serão os próximos passos.

O caminho começou no dia 21 de julho de 2021, quando o jurista Miguel Reale Júnior, ex-ministro da Justiça no governo FHC e um dos autores de um pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT), e José Eduardo Cardozo (PT), ex-ministro da Justiça de Dilma, juntaram-se ao grupo de WhatsApp batizado de Comitê Cívico das Eleições.

O grupo havia sido criado por Oscar Vilhena, professor de direito da FGV; pela socióloga Neca Setúbal, presidente do conselho da Fundação Tide Setúbal e uma das herdeiras do grupo Itaú, e Maria Hermínia Tavares, professora aposentada de ciência política da USP, ao lado de integrantes do Pacto pela Democracia, que reúne 150 entidades da sociedade civil. Vilhena e Maria Hermínia são também colunistas da Folha.

A preocupação com as ameaças do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao sistema eleitoral e a membros do Supremo Tribunal Federal cresciam e Vilhena, Neca e Maria Hermínia queriam encontrar maneiras de mobilizar a sociedade civil.

O grupo articulou uma carta de ex-ministros da Justiça ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), atacando o pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes enviado por Bolsonaro.

No feriado de 7 de setembro de 2021, Bolsonaro mais uma vez subiu o tom contra o STF mas a trégua costurada pelo ex-presidente Michel **Temer** (MDB) baixou a temperatura, pelo menos temporariamente.

As discussões no grupo arrefeceram, mas em 2022 Bolsonaro voltou a questionar a integridade eleitoral e a confiabilidade das urnas eletrônicas. O grupo retomou seus debates sobre maneiras de desestimular setores da sociedade a embarca rem em uma aventura autoritária.

Enquanto isso, o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, começou a receber sinalizações de membros do STF e de algumas indústrias, preocupadas com a instabilidade no país diante de ameaças de Bolsonaro de não respeitar o resultado da eleição. A entidade começou a discutir internamente se deveria se posicionar.

Em junho, o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga foi incorporado ao grupo de WhatsApp, rebatizado "Comitê de Defesa da Democracia".

Armínio, Neca e Vilhena começaram a conversar com Josué sobre a possibilidade de fazer um manifesto unindo Fiesp, Febraban, sindicatos e sociedade civil.

Ao mesmo tempo, o grupo discutia com o CDPP (Centro de Debates de Políticas Públicas), entidade presidida pelo economista Pérsio Arida que reúne banqueiros, grandes empresários, investidores e economistas e já tinha lançado um manifesto pró-democracia em agosto de 2021.

Vilhena trouxe para a articulação Celso Campilongo, diretor da Faculdade de Direito da USP e seu amigo de 40 anos, que se reuniu com Josué na Fiesp. O grupo também falava com os sindicatos, e Armínio e alguns banqueiros faziam gestões com a Febraban, onde emplacar o manifesto era mais difícil -a Caixa Econômica e o Banco do Brasil se opunham, e um dos grandes bancos estava receoso.

A percepção era de que seria muito importante ter uma carta que unisse entidades da sociedade civil, entre eles sindicatos dos trabalhadores, à Fiesp, organização que congrega boa parte do **PIB** brasileiro, para mostrar que não se tratava de uma preocupação de esquerda ou de direita.

Enquanto isso, nascia outro manifesto. O juiz federal Ricardo de Castro Nascimento reuniu-se no início de junho com colegas da São Francisco para propor uma reedição da histórica "Carta aos Brasileiros" lida pelo

jurista Goffredo da Silva Telles em 1977, em plena ditadura militar. O plano era lançar uma nova carta para apontar para os riscos à democracia, e trazer signatários da carta original para o mesmo pátio das Arcadas da faculdade.

Nascimento sentou para escrever no dia 14 de junho. Em 20 de junho, mandou uma primeira versão para sua mulher, Satie Wada, e seu colega Roberto Vomero Monaco lerem. Continuou discutindo com outros colegas. O grupo foi então falar com Campilongo.

No dia 18 de julho a carta dos ex-alunos foi formalizada em um jantar, já com a participação do advogado Flávio Bierrenbach, um dos idealizadores da carta original, e os outros dez autores.

Campilongo propôs que o ato das entidades se realizasse na manhã do dia 11 de agosto, no salão nobre, e o dos ex-alunos fosse no final da tarde.

Os autores argumentaram que não fazia sentido deixar a leitura para o fim do dia, quando o centro da cidade esta vazio. "Dissemos para eles: a gente consegue levar mais de mil pessoas para o pátio. A Fiesp consegue?", lembra Nascimento.

Josué enfrentou resistência interna na Fiesp e a carta dos ex-alunos ficou pronta antes do manifesto das entidades. Foi lançada em 26 de julho com 3.000 assinaturas. Com uma "ajudinha de Bolsonaro" após a reunião em que o presidente reuniu embaixadores para questionar as urnas eletrônicas, como dizem os organizadores, o manifesto alcançou 1 milhão de assinaturas na noite desta quinta, e garantiu sua vaga no horário nobre do pátio das Arcadas.

Os idealizadores não tinham imaginado que o evento ia ficar tão grande e não tinham uma organização que desse conta. A gestora cultural Mari Stockler, coordenadora do grupo 342 Artes, e as diretoras Bia Lessa e Daniela Thomas abraçaram a missão.

Além de assumirem a produção do ato na São Francisco, também fizeram o vídeo em que os artistas leem a carta e toda mobilização online. Os professores fizeram vaquinha e levantaram R\$ 80 mil para alugar dois telões e alto-falantes e fazer a transmissão.

Existia um cuidado de não "espetacularizar" o ato. "Não é um show, é um documento cívico, sóbrio, não é um lugar de encenação", disse Bia Lessa. Campilongo passou dias se esquivando de pessoas que queriam falar no evento ou aparecer de alguma maneira. "Fui assediado de maneira infernal, beirava a indecência", conta.

Outro desafio era levar para o ato os signatários da carta original, muitos com mais de 90 anos -apenas o jurista Modesto Carvalhosa não assinou a versão de 2022.

Acomodados nas únicas cadeiras estofadas da faculdade, que foram colocadas no palco, os 20 signatários compareceram. José Afonso da Silva, 96, um dos mais importantes constitucionalistas do Brasil, foi ao ato de cadeira de rodas.

Também compareceu Marcelo Duarte de Oliveira, o Padre Agostinho, 91, que ajudava presos políticos durante a ditadura e denunciou tortura. "Eles avisaram que vão dar o golpe. As ameaças existem e nós temos que reagir", disse.

Depois de tantos meses de negociações, os organizadores respiravam aliviados com o sucesso do ato. "O caminho aberto hoje ajudará a que o Brasil recupere a possibilidade de pensar em como enfrentar seus principais desafios", disse Oscar Vilhena.

"Não é tarde demais, o ato e a carta são a vacina para tudo o que pode acontecer, não vai parar mais, abriu o dique democrático", dizia Dimas Ramalho, presidente do Tribunal de Contas de São Paulo e um dos autores da carta.

No entanto, nenhum dos organizadores soube precisar como os atos desta quinta podem manter o "dique democrático" aberto até o dia 2 de outubro. A menos de dois meses da eleição presidencial, eles ainda discutem como manter a mobilização popular. Não estão programadas outras manifestações em defesa do respeito ao resultado da eleição. E não há tempo para outros partos difíceis.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50001>

Juro alto nos EUA tira 0,5% do PIB na AL, diz ex-presidente do BC

Segundo Uan Goldfajn, ex-presidente do Banco Central e diretor do FMI para o Hemisfério Ocidental, o aperto nas condições monetárias nos Estados Unidos têm como consequência uma redução de cerca de 0,5% do **PIB** (Produto Interno Bruto) para os países da América Latina.

"Se de fato vamos ter uma desaceleração ou recessão nos Estados Unidos, isso vai tirar do Brasil, do Peru, da Colômbia, de todos os países da América Latina, uma parte do **PIB** de crescimento", afirmou Goldfajn, durante participação no evento Febraban Tech nesta quinta-feira (11), em São Paulo.

Embora a expectativa seja de desaceleração à frente na região da América Latina, o diretor do FMI acrescentou também que o movimento irá culminar em uma acomodação nos preços das commodities, com reflexos para a desaceleração da **inflação**.

"Vamos ficar mais preocupados com o crescimento, e menos com a **inflação**", ilan.

Para ele, a possibilidade de a economia americana não entrar em uma recessão é "muito pequena".

O diretor do FMI disse ainda que o fato de os bancos centrais da América Latina terem sido os primeiros a iniciar o processo de aumento dos juros contribuiu para impedir uma desancoragem das expectativas de **inflação** do mercado de médio e longo prazo.

"Essa reação rápida dos bancos centrais conseguiu manter ancorada a **inflação** longa, para 2024. No curto prazo a **inflação** é alta, mas ninguém acha que isso significa perda de controle", afirmou.

No evento da Febraban, banqueiros fizeram comentários otimistas sobre o cenário para o Brasil em 2023 e mencionaram a necessidade de restabelecer a âncora fiscal do país, seja quem for o presidente eleito em outubro.

Para Roberto Sallouti, CEO do BTG Pactual, o ano de 2023 pode surpreender positivamente o mercado.

Segundo ele, qualquer que seja o resultado das eleições, o próximo governo terá que atuar de forma a reestabelecer a âncora fiscal, de modo a recuperar a credibilidade do país perante os agentes de mercado.

Já no cenário global, o ano que vem pode ser marcado pelo início de redução dos juros em países que estão no momento no processo de aperto monetário, assinalou Sallouti.

"O reestabelecimento da âncora fiscal vai estabilizar as expectativas de **inflação** e os juros de longo prazo. E com o fim do ciclo de aperto monetário, ou talvez o afrouxamento monetário, vai levar a um ano de 2023 que pode surpreender todo mundo", afirmou o CEO do BTG Pactual.

Na mesma linha, Mário Leão, presidente do banco Santander, disse que o Brasil entrou antes, e, por isso, vai também conseguir sair antes do ciclo de alta dos juros, com potencial para retomar um crescimento econômico mais sustentável em 2023, sem o impacto da **inflação** alta para o poder de compra da população.

Lucas Bombana

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50001>

Sugestão para a nova regra fiscal - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

Em meio a balbúrdia orçamentária criada por Guedes e Bolsonaro, é natural que agentes do mercado cobrem um plano fiscal alternativo dos principais candidatos à presidência.

Também é natural que os principais candidatos deem respostas vagas, mais qualitativas do que quantitativas, pois Bolsonaro está deixando o tanque vazio, o motor fundido, os pneus furados e um papagaio enorme no posto de gasolina para o seu sucessor.

Fora das campanhas, já começaram a aparecer propostas. De um lado, para compensar o populismo fiscal de 2022, o pessoal de sempre pede superarrocho fiscal em 2023. Não aprenderam nada e não esqueceram nada com o fracasso do choque Levy e do teto **Temer**.

Do outro lado, um grupo de seis colegas sugeriu criar um gasto extra teto de 1% do **PIB** por ano, até que o governo a ser eleito apresente sua nova regra fiscal. Como já disse neste espaço, para evitar parada súbita em vários programas, será mesmo necessário que o governo eleito em outubro peça espaço fiscal adicional, para 2023, ao Congresso.

Porém, diante do passivo gerado por Bolsonaro, o valor será maior do que 1% do **PIB**. Nas contas do meu colega do IBRE/FGV, Braulio Borges, a conta já está em 2% do **PIB** e subindo. O valor final só será conhecido ao final do ano, quando tivermos presidente eleito e o Congresso votar o orçamento de 2023. Até lá, sugiro evitar traçar linha na areia, pois as ondas da realidade não respeitam desejos de economista.

Nesta semana o corpo técnico do Tesouro Nacional também se manifestou, sugerindo adotar regra orçamentária mais flexível, similar ao que já fazemos nas metas de **inflação**, só que usando a dívida bruta do governo como meta fiscal. A proposta está na direção correta e, em 2012, já tinha gente no governo Dilma dizendo a mesma coisa: usar bandas para meta de resultado primário, com ajuste gradual quando o resultado efetivo ficasse fora do intervalo fixado pelo governo.

Só levou dez anos para o Tesouro se convencer do

óbvio ululante, mas ainda assim a proposta dos técnicos tem um problema: no Brasil, seria um erro fixar meta rígida de endividamento público pois a dinâmica de nossa dívida é fortemente influenciada por fatores financeiros (exemplo: resultado de swaps cambiais), internacionais (exemplo: choque Putin nos prêmios de risco) e jurídicos (exemplo: geração de esqueletos pelo ativismo econômico do STF).

Toda regra fiscal deve ter cenário de dívida, mas o valor da dívida não deve ser o gatilho para paradas ou retomadas súbitas no orçamento. Em vez de procurar um número mágico de dívida ótima, tenho uma sugestão mais simples: fixar uma meta de crescimento real do gasto primário e deixar o resultado primário flutuar de acordo com a evolução da receita efetiva, que pode desviar da projeção do governo.

A regra acima melhoraria a execução do gasto (acabando com contingenciamento), tornaria o déficit primário automaticamente anticíclico e, mais importante, poderia ser calibrada ano a ano de acordo com a evolução do resultado primário, com ajustes graduais caso o resultado efetivo desvie muito da expectativa do governo.

Os últimos anos mostraram que metas fiscais rígidas geram mudanças recorrentes na Constituição, risco de crise institucional quando o governo é de esquerda e orçamento secreto e incerto quando o governo é de direita.

Chegou a hora de mudar para metas fiscais flexíveis, compensando a flexibilidade com mais transparência na execução de um orçamento público. Já fazemos assim na política monetária e cambial. Falta fazer o mesmo no fiscal.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50001>

A deflação não chega aos mais pobres (Editorial)

O governo Jair Bolsonaro festejou como nunca a deflação de 0,68% registrada em julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A menos de dois meses de uma eleição em que o presidente permanece em segundo lugar, de acordo com as pesquisas, pouco importa que esse recuo seja pontual e concentrado em itens como energia e combustíveis ou que a **inflação** acumule um avanço de 10,07% nos últimos 12 meses. Fora das redes sociais, onde a realidade se impõe, a população lida com um cenário generalizado de preços em alta, um quadro ainda mais difícil de ser administrado por famílias vulneráveis que vivem nas maiores cidades brasileiras.

O IPCA, como diz sua própria sigla, é amplo. Para calculá-lo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pesquisa preços de diversos produtos e serviços, divididos em nove grupos - alimentação e bebidas, despesas pessoais, saúde e cuidados pessoais, vestuário, artigos de residência, comunicação, educação, habitação e transportes - em milhares de estabelecimentos nas principais regiões metropolitanas.

Sua metodologia alcança famílias com rendimentos entre 1 e 40 salários mínimos, ou 90% da população que vive em áreas urbanas. O índice possui uma longa série histórica, e a incorporação de novos hábitos em seus cálculos - como transporte por aplicativos - revela um esforço para que a cesta de itens represente o consumo médio dos brasileiros de forma fidedigna.

Ainda que muitas vezes a **inflação** pareça mais alta do que os números oficiais apontam, não pairam dúvidas sobre sua confiabilidade, o que é muito diferente de afirmar que seus impactos são iguais para todos.

Se há deflação para a classe média, a **inflação** permanece inabalável para os mais pobres. É o que aponta a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que pesquisa o comportamento dos preços na cidade de São Paulo e pondera seus efeitos conforme a renda. De acordo com a Fipe, só houve deflação em julho, de 0,11%, para as famílias com renda mensal acima de R\$ 9.696, o equivalente a mais de oito salários mínimos. Para quem recebe entre três e oito salários mínimos, a **inflação** subiu 0,17%, e para aqueles com renda entre um e três salários mínimos, a

alta foi de 0,44%, o que permite inferir que o avanço dos preços deva ter sido ainda maior entre os que não conseguem auferir sequer um salário mínimo mensal.

Não é preciso ser um especialista para perceber as conexões entre o aumento da **inflação** e o crescimento da pobreza, mas há questões que o governo Bolsonaro prefere ignorar. A variação do preço dos combustíveis é indiferente para as famílias que não têm carro e só utilizam transporte público para se deslocar.

O que essas famílias realmente percebem é que 63% dos itens pesquisados pelo IBGE - o equivalente a dois terços dos 377 que integram a cesta de produtos do IPCA - ficaram mais caros, entre eles o leite longa vida, que subiu 25,46%. Para elas, não há razão para comemorar a queda de 15,48% no preço da gasolina, até porque esse tipo de medida ainda tem o potencial de prejudicá-las de forma indireta. Como o barateamento dos combustíveis se deu em parte graças à redução forçada do ICMS, imposto que financia saúde e educação nos Estados, o resultado é a redução da oferta e da qualidade desses serviços públicos, fundamentais para os estratos mais pobres da população.

Com um orçamento composto apenas por gastos essenciais para garantir sua sobrevivência, o perfil de consumo dos mais carentes não reflete escolhas, mas apenas limitações e impossibilidades.

Não é por outra razão que economistas reverberam a máxima segundo a qual a **inflação** é um imposto sobre os mais pobres - e é por isso que combatê-la deveria ser prioridade para qualquer governo. É nesse contexto que a incoerência da atuação do Executivo chama ainda mais a atenção. Ao torrar bilhões para agradar a caminhoneiros, taxistas e donos de automóveis, Bolsonaro retroalimenta a **inflação** que se jacta de enfrentar. Para quem tem fome, tudo o que seu governo tem a oferecer é um Auxílio Brasil corroído e um empréstimo consignado marcado por juros extorsivos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Pedaco de papel qualquer", diz Bolsonaro



O governo Jair Bolsonaro e a campanha à reeleição do presidente buscaram minimizar os atos em defesa da democracia realizados ontem pelo País.

Bolsonaro, ministros e coordenadores de campanha traçaram a estratégia de colar a iniciativa à oposição e trataram o ato na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) como algo menor.

"Hoje (ontem), aconteceu um ato muito importante em prol do Brasil e de grande relevância para o povo brasileiro: a Petrobras reduziu, mais uma vez, o preço do diesel", escreveu o presidente nas redes sociais, após meses de alta nos combustíveis, que elevaram a **inflação**. "A redução representa queda de R\$ 0,22 por litro. O presente mês acumula redução de R\$ 0,42 por litro de diesel.

Já estamos entre os países com o menor preço médio de combustíveis do mundo, no cenário atual", disse Bolsonaro.

À noite, durante live semanal, Bolsonaro exibiu um exemplar da Constituição Federal de 1988 e indagou: "Alguém discorda que essa daqui é a melhor carta à democracia?" O presidente ainda chamou os manifestos lidos ontem de "pedaco de papel qualquer" e afirmou que o PT deu voto contrário ao texto da Carta Magna brasileira.

DESCONFORTO. Nos bastidores, ministros do Palácio do Planalto admitiram desconforto com os atos e já vinham reclamando que todos se identificavam

como democratas e nenhuma ruptura seria positiva para o País. A iniciativa apoiada pelo empresariado, com a entrada da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na articulação de uma carta com 107 adesões, foi a que mais incomodou o Planalto.

Apesar da presença de atores políticos e sociais de todo o espectro ideológico, a avaliação interna do comitê bolsonarista foi a de que as manifestações não vão afetar a decisão de voto em outubro e devem ser tratadas como protesto restrito a opositores e, de forma disfarçada, em favor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT ao Planalto.

Os gritos de "fora, Bolsonaro", em São Paulo, deram munição à resposta governista.

Também com ironia, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) adotaram a mesma linha e disseram que a verdadeira carta da democracia brasileira é a Constituição Federal. "Essa é a carta que o povo brasileiro exige de um presidente da República", disse o filho mais velho do presidente, divulgando a queda no preço da gasolina e do diesel.

"Carta ao Povo Brasileiro: estamos escrevendo a Carta que muda o Brasil para melhor.

Combustível mais barato, redução do preço do diesel!
Deflação, aumento do emprego!

Economia forte, Democracia forte! Parabéns, democrata Jair Bolsonaro!", registrou o titular da Casa Civil.

PODERES. Alvo de Bolsonaro e prestes a passar o comando do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o ministro Alexandre de Moraes, o presidente da Corte, Edson Fachin, divulgou ontem uma carta sobre os manifestos pró-democracia. Em tom contundente, o ministro escreveu que a defesa da ordem democrática "impõe a rejeição categórica do flertar com o retrocesso".

Sem citar o presidente, Fachin disse que a sociedade não pode adiar "a coibição de práticas desinformativas que pretendem, com perfumaria retórica e pretextos inventados, justificar a injustificável rejeição do julgamento popular".

Moraes também elogiou os atos. "A Faculdade de

Direito da USP foi palco de importantes atos, reforçando o orgulho da solidez e fortaleza da democracia e em nosso sistema eleitoral", postou Moraes.

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) disse que o Congresso não aceita "retrocesso" e "sempre será o guardião da democracia". "A solução para os problemas do País passa pela presença do estado de direito, pelo respeito às instituições e apoio irrestrito às manifestações pacíficas e ao processo eleitoral." Aliado do Planalto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), destacou a importância da Casa na representação popular. "A Câmara dos Deputados é o coração e a síntese da democracia. Democracia, uma conquista de todos." | FELIPE FRAZÃO, IANDER PORCELLA, IZABEL PEREIRA, WESLEY GALZO E BRUNO LUIZ

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mendonça manda para plenário do STF ações contra PEC Kamikaze

WESLEY GALZO BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça decidiu levar ao plenário da Corte duas ações que contestam a chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Kamikaze, promulgada em junho pelo Congresso.

O texto, patrocinado pelo governo Bolsonaro, ampliou benefícios sociais como o Auxílio Brasil e o vale-gás às vésperas das eleições, num movimento que contornou a legislação eleitoral ao instituir o estado de emergência no País. As ações foram propostas pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pelo partido Novo.

A ABI argumentou em sua petição que a emenda constitucional "incorre em ostensivo desvio". Segundo a associação, o texto teve como "finalidade perpetuar no poder grupo refratário à observância das regras inerentes ao estado democrático de direito". O Novo, por sua vez, vê violação dos princípios da democracia, do direito ao voto e da estabilidade do processo eleitoral.

A PEC Kamikaze aumentou de R\$ 400 para R\$ 600 o valor do Auxílio Brasil até dezembro deste ano, coincidindo o pagamento do benefício com o período eleitoral. A emenda também turbinou o vale-gás e criou dois novos benefícios - a bolsa-caminhoneiro e o auxílio- taxista.

O pacote aumenta as despesas em R\$ 41,25 bilhões fora do teto de gastos - regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da **inflação** do ano anterior. O Congresso chegou a incluir a decretação de estado de emergência no texto para blindar Bolsonaro de processos na Justiça Eleitoral por ampliar programas sociais às vésperas do pleito.

Mendonça decidiu juntar os dois processos e levá-los diretamente ao plenário para que seja dada uma decisão em "caráter definitivo", sem ordens individuais prévias. O ministro também cobrou informações dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), e da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), em até 10 dias. As ações, contudo, ainda não têm data para ir ao plenário.

Os autores das ações pedem que o Supremo

classifique como abuso de poder político e exploração eleitoral a aprovação dos novos benefícios, proíba os órgãos federais de realizar publicidade institucional dos programas sociais e decida que a concessão de auxílios seja precedida de autorização da Justiça Eleitoral.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>